



*Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo*

LEI N° 5.538 DE 11 DE MARÇO DE 2020

Autoria: Vereadora Gorete

Denomina Rua Vereadora Judith Mazella de Moura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Vereadora Judith Mazella de Moura a atual Rua 9, que se inicia na Rua Nossa Senhora de Fátima e termina na Rua Alessandro Henrique da Silva, no Loteamento Jardim Continental II, no Bairro Barreiro, neste Município.

Parágrafo único. As placas denominativas conterão os seguintes dizeres:

Rua Vereadora Judith Mazella de Moura

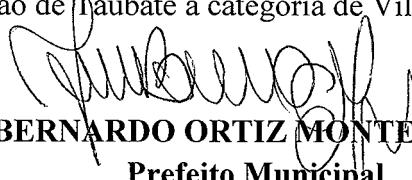
Cidadã Prestante

Art. 2º A biografia da homenageada é a constante do Anexo Único desta Lei.

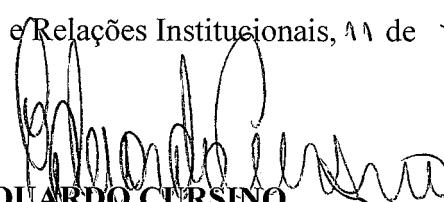
Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão a verba orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

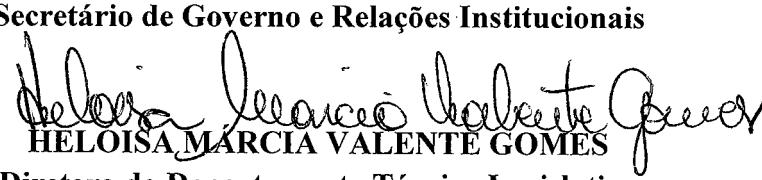
Prefeitura Municipal de Taubaté, 11 de março de 2020, 381º da Fundação do Povoado e 375º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.


JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 11 de março de 2020.


EDUARDO CURSINO

Secretário de Governo e Relações Institucionais


HELOISA MÁRCIA VALENTE GOMES
Diretora do Departamento Técnico Legislativo



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

LEI N° 5.538 /2020
Autoria: Vereadora Gorete

ANEXO ÚNICO

Judith Mazella de Moura é natural de Taubaté, onde nasceu em 3 de fevereiro de 1920, filha de Antônio Mazella e de Beatriz Gomes Mazella. Era mãe de Rute Maria, Maria Lúcia, Helena Maria e Geraldo Cursino.

Iniciou sua formação no Grupo Escolar Dom Pereira de Barros, passou pelo Externato São José, cursou o então colegial no Ginásio do Estado de Taubaté – Monteiro Lobato e formou-se pela Faculdade de Direito da Unitau.

Advogada e jornalista, trabalhou como colunista dos jornais A Voz do Vale, A Tribuna e colaboradora na rádio Difusora, foi subgerente e produtora da rádio Cacique, produtora do jornal feminino O Diferente, fundado com Lygia Fumagalli Ambrogi e Georgina Xavier.

Atuou como presidente da Associação de Maternidade e Infância de Taubaté; fundadora e presidente da Organização Feminina de Taubaté; fundadora da União Cívica Feminina; conselheira do Esporte Clube Taubaté; membro da Apae, do Conselho Florestal, do Conselho de Criança e Adolescente; conselheira da Ordem dos Advogados, vice-presidente da Associação dos Advogados; zeladora da Capela Bom Jesus do bairro Ribeirão das Almas; presidente da Comissão da Mulher Advogada, elaboradora dos estatutos da Associação dos Amigos do Bairro Ribeirão das Almas e da Escola Terceira Idade, Centro de Conveniência, sendo advogada de ambas; relações públicas na Rede Feminina de Combate ao Câncer; conciliadora do Juizado Informal; secretária do Serviço Social Rural e da Associação Rural de Taubaté; redatora do Boletim Mensal da Associação Rural e do Jornal do TCC; presidente da Comissão Pró-Operário da Juta; fundadora da Polícia Mirim de Taubaté; tesoureira e membro da Academia Taubateana de Letras, ocupando a cadeira nº 8; assessora do prefeito Milton de Alvarenga Peixoto e presidente da Comissão de Licenciatura da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Judith foi a primeira mulher eleita, diretamente, para o cargo de vereadora na cidade. Exerceu dois mandatos consecutivos (1964 a 1972) e retornou ao Legislativo em 1989 para um período de mais quatro anos.





Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo

Atuou como 2^a secretária em 1965, 1^a secretária em 1992 e constituinte na Lei Orgânica do Município, de 3 de abril de 1990. Foi presidente da Comissão de Justiça e da Comissão de Cultura. Em 2003, recebeu a comenda Jacques Felix, honraria concedida aos cidadãos que realizam obras em benefício da sociedade.

Faleceu no dia 29 de novembro de 2007, aos 87 anos. O enterro do corpo aconteceu no dia da sua morte, no Cemitério da Venerável Ordem III.

Fonte: TAUBATÉ, Câmara Municipal de. Decreto Legislativo nº 114, de 21 de maio de 2003. Autor: A Mesa da Câmara. Disponível em: <<http://www.camarataubate.sp.gov.br/library/download.php?path=../arquivo/legislacao/d93b616135973049119.doc>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Resultados eleitorais

1963 – Vereadora pelo PTN – 351 votos

1968 – Vereadora pela Arena – 1.008 votos

1982 – Candidata a vereadora pela PTB – 584 votos

1988 – Vereadora pela PFL – 285 votos

1992 – Candidata a vereadora pela coligação PFL-PL – 360 votos

Normas legais de sua autoria

1. Decreto Legislativo nº 2/69 - Concede cidadania taubateana a Sebastião Rufino Freire.

2. Decreto Legislativo nº 5/69 - Concede cidadania taubateana a Amácio Mazzaroppi.

3. Decreto Legislativo nº 2, de 18 de outubro de 1989 - Dia Internacional da Mulher. (Coautora)

4. Decreto Legislativo nº 10, de 19 de fevereiro de 1991 - Comemoração ao Dia da Secretária.

5. Lei Complementar nº 35, de 21 de dezembro de 1992 - Altera o artigo 59 da Lei Complementar nº 2, de 17 de dezembro de 1990.

6. Lei nº 848, de 29 de dezembro de 1964 - Dá novas disposições a respeito da ligação de água nas edificações com mais de um prédio denominadas “vilas”.

7. Lei nº 871, de 10 de junho de 1965 - Dispõe sobre denominação de logradouro público (Praça Cecília Meirelles).



*Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo*

8. Lei nº 872, de 10 de junho de 1965 - Declara de utilidade pública a União Cívica Feminina.

9. Lei nº 875, de 22 de julho de 1965 - Dispõe sobre denominação de via pública: Rua “José do Patrocínio”.

10. Lei nº 891, de 27 de setembro de 1965 - Dispõe sobre a ereção de um marco em homenagem ao Imigrante Italiano.

11. Lei nº 893, de 6 de outubro de 1965 - Dispõe sobre denominação de via pública: Rua “Almirante Barroso”.

12. Lei nº 925, de 7 de março de 1966 - Dispõe sobre denominação de via pública: Rua Carlos Gomes.

13. Lei nº 929, de 9 de março de 1966 - Obriga a reserva de locais destinados à recreação infantil, os proprietários de prédios de apartamentos de mais de 3 pavimentos, a serem construídos no perímetro urbano.

14. Lei nº 940, de 19 de abril de 1966 - Dispõe sobre postos de serviços e abastecimentos de automóveis e instalação de oficinas para reparação.

15. Lei nº 951, de 12 de agosto de 1966 - Revoga a alínea “c”, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 783, de 20 de março de 1964.

16. Lei nº 959, de 29 de agosto de 1966 - Dispõe sobre denominação de via pública: Rua Madre Maria Teodora Voiron.

17. Lei nº 972, de 19 de outubro de 1966 - Cria a Escola de Belas Artes de Taubaté.

18. Lei nº 973, de 24 de outubro de 1966 - Proíbe a instalação de suportes de cimento nas sarjetas para facilitar a entrada de automóveis.

19. Lei nº 980, de 9 de dezembro de 1966 - Acrescenta alínea ao artigo 3º da Lei nº 501, de 28 de dezembro de 1960.

20. Lei nº 983, de 27 de dezembro de 1966 - Dispõe sobre obrigatoriedade de construção, em todos os edifícios que se erigirem, de garagem e espaços para estacionamento.

21. Lei nº 1.014, de 22 de agosto de 1967 - Declara de utilidade pública o Centro Educacional Boa Esperança.

22. Lei nº 1.026, de 20 de novembro de 1967 - Dá nova redação ao artigo 14 da Lei nº 940, de 19 de abril de 1966.

23. Lei nº 1.051, de 6 de março de 1968 - Institui e oficializa a “Semana do Folclore”.



Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo

24. Lei nº 1.058, de 2 de abril de 1968 - Oficializa a Feira do Livro do Vale do Paraíba “FELIVA”.
25. Lei nº 1.060, de 8 de abril de 1968 - Altera a Lei nº 168, de 20 de dezembro de 1955.
26. Lei nº 1.068, de 13 de maio de 1968 - Declara de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos da Estiva.
27. Lei nº 1.084, de 16 de agosto de 1968 - Altera a Lei nº 415, de 30 de setembro de 1959.
28. Lei nº 1.130, de 5 de maio de 1969 - Dispõe sobre denominação de via pública.
29. Lei nº 1.304, de 11 de outubro de 1975 - Denomina Rua Sargento João Peixoto dos Santos.
30. Lei nº 2.397, de 17 de março de 1989 - Denomina Rua “Mons. Cícero de Alvarenga” a via pública que especifica.
31. Lei nº 2.404, de 31 de março de 1989 - Denomina Avenida “Geraldo Antonio da Silva” a via pública que especifica.
32. Lei nº 2.414, de 8 de maio de 1989 - Denomina Rua “Dr. Francisco Soares Meirelles”, a via pública que especifica.
33. Lei nº 2.419, de 23 de maio de 1989 - Denomina Rua “Antonio Camilher Florençano” a via pública que especifica.
34. Lei nº 2.429, de 30 de junho de 1989 - Denomina Rua “Ulysses Carlos Schmidt” a via pública que especifica.
35. Lei nº 2.444, de 29 de agosto de 1989 - Denomina Rua “Idalina Monteclaro César Mattos Gomes” a via pública que especifica.
36. Lei nº 2.445, de 4 de setembro de 1989 - Denomina Praça “Emílio Amadei Beringhs” o logradouro público que especifica.
37. Lei nº 2.528, de 17 de outubro de 1990 - Declara de utilidade pública o Centro Social de Convivência da Terceira Idade “Mensageiros da Amizade”.
38. Lei nº 2.572, de 6 de junho de 1991 - Dispõe sobre obrigatoriedade das leis municipais conterem os nomes dos autores dos projetos que lhes deram origem.
39. Lei nº 2.574, de 14 de junho de 1991 - Dispõe sobre acréscimo de parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 1507, de 19 de março de 1975, que dispõe sobre a nomenclatura de monumentos e logradouros públicos.



*Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo*

40. Lei nº 2.629, de 15 de abril de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

41. Lei nº 2.634, de 15 de abril de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

42. Lei nº 2.636, de 15 de abril de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

43. Lei nº 2.651, de 8 de maio de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

44. Lei nº 2.652, de 8 de maio de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública: Rua “Joaquim José dos Santos”.

45. Lei nº 2656, de 8 de maio de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

46. Lei nº 2.678, de 26 de agosto de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica (Travessa Arnaldo Camargo).

47. Lei nº 2.682, de 1º de setembro de 1992 - Dispõe sobre a denominação de via pública: Victor Granadeiro Guimarães.

48. Lei nº 2.694, de 8 de setembro de 1992 - Dispõe sobre denominação de via pública que especifica.

49. Lei nº 2.700, de 13 de outubro de 1992 - Dispõe sobre denominação de logradouro público que especifica (Praça Prof. Emilio Simonetti).